



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ: 01.613.319/0001-55

---

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/PA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 012/2021 - PMC-PE-SRP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2021**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**, pessoa jurídica de Direito Público, sito à Rua 03 de dezembro, nº 307, bairro Santa Terezinha, - CEP: 68.210-000 – Curuá, estado do Pará, inscrita no CNPJ nº 04.838.793/0001-73, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo “**menor preço por item**”, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Data da sessão: 19/08/2021

Horário: 10:00h (horário de Brasília - DF)

Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Modo: Aberto e Fechado

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ E SUAS SECRETARIAS** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Curuá/Pa;

2.2. Os órgãos participantes serão:

2.3 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

**3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

3.1.1 A adesão à ata de registro de preços deve ser justificada pelo órgão não participante mediante detalhamento das necessidades que pretende suprir por meio do contrato e demonstração da sua compatibilidade com o objeto discriminado na ata, não servindo a esse propósito a mera reprodução, parcial ou integral, do plano de trabalho do órgão gerenciador.

3.1.2 A comprovação da vantagem da adesão deve estar evidenciada pelo confronto entre os preços unitários dos Produtos constantes da ata de registro de preços e referenciais válidos de mercado.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais de órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estabelecidos no Anexo I deste edital e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item estabelecido no Anexo I deste edital e registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no “Portal de Compras Públicas” poderá ser iniciado no Portal de Compras no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

5.1. Poderá participar do presente pregão eletrônico qualquer empresa que atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

- 5.3.1. Suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o Município de Curuá/Pa e Secretarias municipais, durante o prazo da sanção aplicada, na forma da legislação vigente;
- 5.3.2. Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 5.3.3. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- 5.3.4. Licitantes proibidos de contratar com o Poder Público, no termo do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 5.3.5. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.3.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações prevista no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- 5.3.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- 5.3.7. Licitante cujo estatuto, contrato social ou instrumento equivalente não seja pertinente e compatível com o objeto desta Licitação;
- 5.3.8. Licitantes que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns (não poderão apresentar propostas para o mesmo item), ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 5.3.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 102, de 2020.
- 5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

- 6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até uma hora antes da abertura da sessão pública (9h), os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.9. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. Valor unitário, total do item e total da proposta;
- 7.1.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista fixada no Termo de Referência para cada item; marca do produto; dados bancários;
- 7.1.3. Descrição detalhada do objeto, devendo ser elaborada na forma deste Edital e seus anexos, contendo as quantidades e especificações do objeto de forma detalhada (definidos no Anexo I deste Edital) para o(s) qual(ais) estiver apresentando proposta, e o(s) seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s) e preço(s) total(is) de cada item(s) que estiver contando, conforme Itens constantes no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características constantes no Termo de Referência.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto deste edital.
- 7.4. As propostas terão validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 7.4.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do CONTRATO, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 7.5. Os Produtos do presente edital deverão ser entregues por conta da Contratada/licitante no Município de Curuá/PA.**
- 7.6. Todos os licitantes deverão encaminhar proposta por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação, com as seguintes documentações:
- 7.6.1 Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, com o compromisso de



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

informar ocorrências supervenientes, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. Da identidade do declarante.

7.6.2 Declaração autorizando a Administração Pública Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias.

7.6.3 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

7.6.4 Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

7.7 Declaração de que concorda com os termos do edital.

7.8 Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente.

7.8.1 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93).

7.8.2 Declaração de que a licitante se obriga a garantir que o objeto desta licitação será fornecido de acordo com as especificações definidas na proposta e no Termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.8.3 Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título.

7.8.4 Declaração de que o licitante se compromete, desde já, a cumprir os prazos de entrega/execução rigorosamente em dia, sob pena de aplicação das sanções previstas neste edital e seus anexos.

7.8.5 Declaração de que o prazo de validade de cada item, não será inferior a 12 (doze) meses, a contar da entrega no Almoxarifado desta Prefeitura, exceto para aqueles que possuam prazo de validade mais curto por razões técnicas comprovadas.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

8.2.3. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre A Pregoeira e os licitantes.

8.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre A Pregoeira e os licitantes ocorrerá



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

8.8.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.8.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.11. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

8.12. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

8.13. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.14. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da Pregoeira aos participantes do certame publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

8.15. **A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão da Pregoeira.** O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**8.18. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

8.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.19.1. no país;

8.20.2. por empresas brasileiras;

8.21.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.24. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02h (duas horas), envie via sistema a proposta em único arquivo para todos os itens vencidos, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.25. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, A Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

9.2. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Curuá/Pa, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.4. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

9.4.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentarem a suspeita.

9.4.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema Compras públicas com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4.3. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 02h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.5.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras públicas poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação da Pregoeira.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

9.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Curuá/Pa, Estado do Pará, para o endereço descrito no preâmbulo deste edital.

9.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.2.1. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, A Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.7.1. Também nas hipóteses em que A Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.9. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. A habilitação das licitantes será verificada, mediante envio, pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, em conformidade com o Edital.

### **10.2. A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA É CONSTITUÍDA PELOS SEGUINTE ITENS:**

#### **10.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento que comprove a eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Independente do documento apresentado, o objeto social do licitante deverá ser compatível com o objeto lícito.
- f) Cópias do RG ou documentos equivalentes dos sócios.
- g) CPF dos sócios (Comprovante de Situação Cadastral no CPF emitido pela receita federal).



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

**10.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil de se- RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14), dentro u período de validade.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu período de validade;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de competência do Município e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- f) Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas – CNIT, decorrentes de autuações, por uso ilegal de mão-de-obra infantil, assim como toda sua cadeia de fornecedores. Podendo ser retirada através do link: <http://consultacpmr.mte.gov.br/ConsultaCPMR/>, para comprovar não terem sido autuadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outro órgão responsável.
- g) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao), e Certidão Negativa de Débitos do Ministério do Trabalho, conforme artigo 5º, parágrafo único, da Portaria MTE nº 1421, de 12 de setembro de 2014;
- g).1 Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

**10.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada da certidão negativa de distribuição (ações de falências e recuperações judiciais) 1ª e 2ª instâncias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contabilista responsável pelo balanço.
- b.1). No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de sua existência;
- b.2) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

b.3) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

b.4). As empresas recém constituídas, com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenha Balanço Final de exercício, deverão apresentar Balanço de abertura e/ou Demonstração de Resultado contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência.

#### **10.2.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

a) Prova de qualificação técnica, mediante apresentação de comprovante de aptidão para fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, por intermédio de, no mínimo 02 (dois) atestado emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, juntamente acompanhada com a Nota Fiscal e/ou contrato administrativo no intuito de constatar a veracidade do documento.

b) Apresentar declaração comprovatória em papel timbrado da empresa, reconhecida em cartório comprovando que possui estrutura e condições o objeto licitado, em conformidade com os prazos e exigências do edital.

c) Alvará de Funcionamento.

e) Licença de Operação de funcionamento, expedida pela secretária ou órgão responsável municipal ou regional.

f) Comprovação de que é adimplente com o município com a prestação de serviço, através de uma declaração fornecida pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

#### **10.2.5. OUTROS DOCUMENTOS**

10.2.5.1. A licitante deverá apresentar outras declarações, como está:

a) Declaração de Inexistência de Servidores no Quadro Pessoal da Empresa Licitante, anexo IV do edital.

10.2.5.2. Em continuidade da fase de habilitação, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas na Condição do subitem 4.4, do item 4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, As documentações abaixo também deverão obrigatoriamente anexadas ao processo, a veracidade das mesmas serão analisadas mediante consulta ao:

10.2.5.3. SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, caso a licitante seja cadastrada no SICAF;

10.2.5.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

10.2.5.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.2.5.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

10.2.5.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.2.5.8. Constatada a existência de sanção, A Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

10.2.5.9. As consultas previstas nas Condições previstas nos subitens 10.2.5.3 à 10.2.5.6, acima, realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

10.2.5.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de empresa de pequeno porte, quais sejam a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição sob pena de inabilitação.

10.2.5.11. Os documentos exigidos para habilitação (item 10), deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), em conjunto com a proposta de preços (item 9) e as declarações (item 7), deste Edital, em arquivo conforme sistema, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras públicas.

10.2.5.12. Somente mediante autorização da Pregoeira e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail [cplcurua@gmail.com](mailto:cplcurua@gmail.com) posteriormente, a Pregoeira poderá solicitar, caso surja alguma dúvida na análise da autenticidade, os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de até 03 (cinco) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

10.2.5.13. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Curuá, Estado do Pará, para o endereço descrito no preâmbulo deste edital.

10.2.5.14. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.5.15. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida.

10.2.5.16. O licitante será convocado a encaminhar, no prazo de até 02h (duas horas), documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.2.5.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.5.18. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.2.5.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

10.2.5.20. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.2.5.21. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública municipal, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.2.5.22. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

10.2.5.23. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, A Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.2.5.24. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.2.5.25. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

10.2.5.26. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.2.5.27. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

10.2.5.28. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

10.2.5.29. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta: Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.1. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. A proposta final adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, do(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), bem como todos os documentos que a acompanharem, deverá(ão) ser encaminhada(s), no prazo de até 02h (duas horas), a contar da solicitação da Pregoeira por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema eletrônico Compras públicas ou e-mail e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (minutos) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento A Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

13.2.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993.

### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário estará automaticamente convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da divulgação, na imprensa oficial, da homologação do resultado da licitação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração. Caso o adjudicatário não assine a ata após decorrido esse prazo, será convocado o licitante remanescente.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

15.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4. Para assinatura da ata de registro de Preços a licitante vencedora deverá comprovar que mantém todas as condições de habilitação.

15.5. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.6 O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

15.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência à empresa beneficiária do registro de preço em igualdade de condições.

15.8 A estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo Município de Curuá/Pa (órgão gerenciador) é a estabelecida no Anexo I deste edital.

15.9. Serão realizadas pesquisas de mercado periódicas para a comprovação da vantajosidade.

15.10. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.11 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

## **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO**

17.1. Dentro do prazo descrito neste Edital, o fornecedor será convocado para assinar o Termo de Contrato. O Contrato terá vigência vinculada à vigência dos respectivos créditos orçamentários, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2. A adjudicatária terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por iguais períodos, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

## **18. DO REGISTRO DOS PREÇOS**

18.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

18.1.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

18.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

18.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

18.2.2. A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

18.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

18.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

18.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

18.4. Não havendo êxito nas negociações previstas na Condição anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.5 O registro do fornecedor será cancelado quando:

18.5.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

18.5.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

18.5.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

18.5.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

18.6 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 18.5.1, 18.5.2 e 18.5.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.7 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

18.7.1. Por razão de interesse público; ou

18.7.2. A pedido do fornecedor.

18.8. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, A Prefeitura Municipal de Curuá/PA, fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

## **19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e minuta do contrato, anexos deste edital.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e minuta do contrato.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento será efetuado em conta corrente através de transferência eletrônica, em conta de titularidade da empresa contratada, que, deverá ser informada na proposta de preços a ser apresentada na sessão pública do processo licitatório, ou posteriormente antes da contratação.

21.1.1. Caso os dados bancários não sejam informados na sessão, junto a proposta, conforme mencionado no edital, esta ausência não implicará na desclassificação da licitante.

21.1.2. Caso haja alteração de conta corrente, a contratada deverá informar a contratante a nova conta com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da emissão da Nota Fiscal para que seja realizado o pagamento.

21.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

21.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

21.4. O licitante fica obrigado a emitir tantas quantas forem às notas fiscais necessárias, haja vista que a entrega dar-se-á mediante forma contínua e futura de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal e Órgãos participantes.

21.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

21.6. Antes de cada pagamento à contratada obrigada a apresentar as certidões: Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista, para confirmar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

21.7. Constatando-se, junto a licitante, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

21.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

21.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada que não comprove sua regularidade através das Certidões: Federal, Estadual, Municipal, CRF-FGTS e Trabalhista.

21.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; 22 VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = 0,00016438$$
$$= 365TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

21.13. Para assinatura do contrato a Empresa deverá possuir certificação digital e-CNPJ, com validade de um a três anos, contendo o endereço de correio eletrônico do fornecedor titular responsável pelo certificado. Ou seja, o contrato deverá, obrigatoriamente, ser assinado digitalmente pelo(s) sócio(s) ou representante(s) da(s) Empresa(s).



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

21.13.1. O uso de certificado digital e da respectiva senha por pessoa que não seja o titular responsável poderá configurar crime, nos termos da legislação penal vigente.

21.14. A contratada deverá obedecer fielmente às exigências contidas no Termo de Referência – Anexo I e Minuta do Contrato – Anexo II, ambos deste Edital.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Apresentar documentação falsa;

22.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.4. Não manter a proposta;

22.1.5. Cometer fraude fiscal;

22.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

22.1.6.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.1.7. Havendo indício de conluio entre os licitantes, o Município de Curuá/PA, Estado do Pará, comunicará o fato à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça, para as providências devidas.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.2.1. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União, Estado e Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

22.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

22.3.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.5. Para os fins da infração elencada no subitem 22.1.7, acima reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos Órgãos de Controles Governamentais previsto neste edital.

22.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do Contrato, anexo II do edital.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

### **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, através de envio, na forma eletrônica.

23.1.1. A impugnação deverá ser realizada, por envio, na forma eletrônica pelo Portal Compras Públicas.

23.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

23.2.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

23.2.2. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.2.3. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.2.5. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste certame.

23.3. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado e serão disponibilizados no sistema eletrônico para os interessados.

### **24. DAS DISPOSIÇÕES EM GERAL**

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, A Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A apresentação de documentos com o prazo de validade expirado acarretará a inabilitação do proponente (exceto nos casos de documentos de regularidade fiscal e trabalhista apresentados por ME's ou EPP's.). E para os documentos cujo prazo de validade não venha expresse, será considerado o prazo como de até 60 (sessenta) dias anteriores a da data prevista para início da sessão pública desta licitação, exceto para os documentos que tenham validade indeterminada.

24.3.1. O prazo de validade de documentos citado no subitem 24.3 acima, é para qualquer documento apresentado por licitantes que participarem da presente licitação, inclusive, quando necessário, para os documentos que acompanham as propostas de preços.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. Fica vedada à contratada a subcontratação do objeto desta licitação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

24.7. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.8. O Município de Curuá/PA através da Prefeitura Municipal, por intermédio da autoridade competente, poderá revogar ou anular o certame, nas condições estabelecidas na legislação vigente, sem que disso decorra para os licitantes o direito a qualquer reembolso de despesas ou qualquer indenização.

24.9. A Prefeitura Municipal de Curuá/Pá, através do(a) pregoeiro(a), poderá declarar este Pregão (ou algum item do Termo de Referência deste Edital) como deserto e/ou fracassado, quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto das especificações deste Edital, (até mesmo se apresentar(em) documentos de habilitação em desacordo com o Edital), ou quando for evidente que tenha falta de competição.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.11. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que A Pregoeira porventura julgar necessário.

24.12. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

24.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, exclui-se o dia do início incluir-se o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normal da Administração.

24.14. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

24.15. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

24.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.18. As empresas licitantes deverão sempre considerar a legislação em vigor, e caso haja divergência entre a Lei, este Edital e seus anexos, a Lei prevalecerá.

24.19. Este Edital e os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que mencione em um de seus documentos e se omita em outro, será considerado específico e válido.

24.20. As modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

24.21. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de Curuá - PA, sem prejuízo do disposto no art. 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

24.22. O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.portaldecompraspublicas.com](http://www.portaldecompraspublicas.com) e [www.curua.pa.gov.br](http://www.curua.pa.gov.br) (portal da transparência da Prefeitura Municipal de Curuá/PA) e [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br) (Mural de licitações do TCM/PA).

## **25. DOS ANEXOS**

25.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

25.1.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

25.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração

25.1.5. ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços.

## **26. DO FORO**

26.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no Foro da cidade de Alenquer/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, c/c § 2º da Constituição Federal.

Curuá/PA, 09 de agosto de 2021

**ADRIANE DA SILVA QUEIROZ**  
Pregoeira



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. APRESENTAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias necessita que tenha disponibilidade do objeto ora solicitado, e considerando ainda a garantia dos atendimentos nos serviços diversos na área administrativa e setor a ela ligado, referente à aquisição de peças de reposição para manutenção de maquinário e veículos de pequeno, médio e grande porte da Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias.

**2. OBJETO**

O presente Termo objetiva a **AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ E SUAS SECRETARIAS**, de acordo com as especificações e condições constantes neste termo de referência.

**3. JUSTIFICATIVA**

3.1 A aquisição destas peças descrito nesse presente termo de referência permitirá o atendimento da demanda de manutenção de veículos de pequeno, médio e grande porte da Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias, vez que torna-se imprescindível possuir a frota de veículos em perfeitas condições de uso, mantendo assim a manutenção adequada destes veículos e maquinários permitindo assim aos usuários condições de trabalho, para que os mesmos possam desenvolver um bom trabalho no que diz respeito das atividades da Prefeitura e suas secretarias, proporcionando um melhor desenvolvimento desta municipalidade.

**4. TABELA DE QUANTITATIVO**

<b>1º LOTE CAÇAMBA 26.280 MAN</b>			
1	Reparo do servo de embreagem	UNIDADE	4
2	Servo de embreagem	UNIDADE	4
3	Seme-eixo-trazeiro	UNIDADE	1
4	Mangueira da turbina	UNIDADE	2
5	Motor do limpador de para brisa	UNIDADE	1
6	Mangueira de ar da cabine	UNIDADE	2
7	Macaco 15 toneladas	UNIDADE	1
8	Chave de roda	UNIDADE	1
9	Cabo da chave de roda	UNIDADE	2
10	Sapata de freio	UNIDADE	20
11	Lona freio trazeira x	UNIDADE	20
12	Lona freio trazeira xx	UNIDADE	20
13	Lona de freio dianteira x	UNIDADE	20
14	Lona de freio dianteira xx	UNIDADE	20
15	Junta da tampa de válvula	UNIDADE	1
16	Seme barra da direção	UNIDADE	2
17	Válvula de escape	UNIDADE	3



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

18	Retentor do volante	UNIDADE	2
19	Quarta mola dianteira	UNIDADE	2
20	Quinta mola dianteira	UNIDADE	2
21	Quarta mola trazeira	UNIDADE	2
22	Pistola da mangueira de ar da cabine	UNIDADE	2
23	Diafragma da cuica 30	UNIDADE	8
24	Diafragma da cuica 24	UNIDADE	4
25	Rebite de lona de freio	UNIDADE	2
26	Cola 3m para lona de freio	UNIDADE	4
27	Filtro de óleo lubrificante	UNIDADE	10
28	Filtro de combustível	UNIDADE	10
29	Filtro de ar primário	UNIDADE	10
30	Filtro de ar secUNIDADEário	UNIDADE	10
31	Jogo de mola do patins dianteiro	UNIDADE	2
32	Jogo de mola do patins traseiro	UNIDADE	8
33	Mola mestre dianteira	UNIDADE	2
34	Mola mestre traseira	UNIDADE	2
35	SegUNIDADEa mola dianteira	UNIDADE	2
36	SegUNIDADEa mola traseira	UNIDADE	2
37	Terceira mola dianteira	UNIDADE	2
38	Terceira mola traseira	UNIDADE	2
39	Cuíca de freio dianteira	UNIDADE	2
40	Válvula relé	UNIDADE	1
41	Válvula de pressão	UNIDADE	2
42	Válvula de freio	UNIDADE	2
43	Filtro APU	UNIDADE	4
44	Reparo da cuíca dianteira	UNIDADE	4
45	Reparo da cuíca traseira	UNIDADE	4
46	Retentor do cubo dianteiro	UNIDADE	4
47	Retentor do cubo traseiro	UNIDADE	4
48	Rolamento dianteiro interno	UNIDADE	8
49	Rolamento dianteiro externo	UNIDADE	4
50	Rolamento traseiro interno	UNIDADE	8
51	Rolamento traseiro externo	UNIDADE	8
52	Rolamento de centro	UNIDADE	4
53	Luva do cardan	UNIDADE	4
54	Ponteira do cardan	UNIDADE	4
55	Retentor do pinhão do diferencial	UNIDADE	4
56	Cilindro mestre de freio	UNIDADE	2
57	Cilindro mestre de embreagem	UNIDADE	2
58	Cilindro auxiliar de embreagem	UNIDADE	2
59	Parafuso de roda dianteiro	UNIDADE	20
60	Parafuso de roda traseiro	UNIDADE	20
61	Tambor de freio dianteiro	UNIDADE	2
62	Tambor de freio traseiro	UNIDADE	2
63	Correia do alternador	UNIDADE	4
64	Tensionador da correia	UNIDADE	2
65	Cruzeta do diferencial	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

66	Bomba de transferência	UNIDADE	2
67	Kit de embreagem	UNIDADE	2
68	Terminais de direção	UNIDADE	8
69	Cabo do acelerador	UNIDADE	2
70	Anti ferrugem	UNIDADE	12
71	Cola alta temperatura	UNIDADE	10
72	Amortecedores dianteiros	UNIDADE	2
73	Amortecedores traseiros	UNIDADE	4
74	Palheta do limpador	UNIDADE	4
75	Filtro separador	UNIDADE	10
76	Bateria 150 amp.	UNIDADE	2
77	Pino de centro	UNIDADE	8
78	Pino do feixe mola dianteira	UNIDADE	4
79	Pino do feixe de mola traseira	UNIDADE	4
80	Bucha do feixe de mola dianteira	UNIDADE	4
81	Bucha do feixe de mola traseira	UNIDADE	4
82	Buzina	UNIDADE	1
83	Extintor	UNIDADE	1
84	Barra da direção	UNIDADE	2
85	Filtro do hidráulico	UNIDADE	2
86	Grampo do feixe de mola	UNIDADE	8
87	Bucha do eixo S	UNIDADE	12
88	Reparo do eixo S	UNIDADE	12
89	Bucha do amortecedor	UNIDADE	4
90	Bucha do estabilizador traseiro	UNIDADE	4
91	Bucha do estabilizador dianteiro	UNIDADE	4
92	Maneco de freio	UNIDADE	1
93	Abraçadeiras de ½"	UNIDADE	10
94	Retentor do diferencial	UNIDADE	4
95	Retentor da caixa de marcha	UNIDADE	2
96	Tampa do tanque	UNIDADE	2
97	Tensionador da correia do alternador	UNIDADE	2
98	Reservatório de água do radiador	UNIDADE	2
99	Ventuina	UNIDADE	2
100	Coxim da gabine dianteiro	UNIDADE	4
101	Coxim da gabine traseiro	UNIDADE	4
102	Cálço da gabine dianteiro	UNIDADE	4
103	Tampa reservatório de água	UNIDADE	4
104	Embreagem viscosa	UNIDADE	2
105	Porca do pinhão	UNIDADE	2
106	Coxim do motor	UNIDADE	4
107	Coxim dianteiro do motor	UNIDADE	4
108	Coxim traseiro do motor	UNIDADE	4
109	Mangueira do interculer do radiador	UNIDADE	2
110	Mangueira do radiador	UNIDADE	4
111	Bujão do Carter	UNIDADE	2
112	Bomba d'água	UNIDADE	2
113	Embuchamento da manga de eixo	UNIDADE	8



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

114	Silicone	UNIDADE	8
115	Sirene de ré	UNIDADE	2
116	Terminal de encaixe fêmea	UNIDADE	4
117	Terminal de encaixe macho	UNIDADE	4
118	Terminal de olhal	UNIDADE	4
119	Máquina do vidro	UNIDADE	4
120	Farol dianteiro	UNIDADE	4
121	Correia do hidráulico	UNIDADE	4
122	Sensor do racor	UNIDADE	2
123	Catraca de freio dianteiro	UNIDADE	2
124	Catraca de freio traseiro	UNIDADE	4
125	Tambor do freio	UNIDADE	4
126	Pneus 1000X20	UNIDADE	20
127	Câmaras de Ar 20	UNIDADE	10
<b>2º LOTE PEÇAS PARA CAÇAMBA 13.180</b>			
128	Filtro de óleo lubrificante	UNIDADE	4
129	Filtro de combustível	UNIDADE	4
130	Filtro de ar primário	UNIDADE	4
131	Filtro de ar secUNIDADEário	UNIDADE	4
132	Lona de freio dianteiro	UNIDADE	4
133	Lona de freio traseiro	UNIDADE	4
134	Jogo de mola do patins dianteiro	UNIDADE	4
135	Jogo de mola do patins traseiro	UNIDADE	4
136	Mola mestre dianteira	UNIDADE	2
137	Mola mestre traseira	UNIDADE	2
138	SegUNIDADEEa mola dianteira	UNIDADE	2
139	SegUNIDADEEa mola traseira	UNIDADE	2
140	Terceira mola dianteira	UNIDADE	2
141	Terceira mola traseira	UNIDADE	2
142	Cuíca de freio dianteira	UNIDADE	4
143	Válvula relé	UNIDADE	2
144	Válvula de pressão	UNIDADE	2
145	Válvula de freio	UNIDADE	2
146	Reparo da cuíca dianteira	UNIDADE	4
147	Reparo da cuíca traseira	UNIDADE	4
148	Mola da cuíca dianteira	UNIDADE	4
149	Mola da cuíca traseira	UNIDADE	4
150	Retentor do cubo dianteiro	UNIDADE	4
151	Retentor do cubo traseiro	UNIDADE	4
152	Rolamento dianteiro interno	UNIDADE	4
153	Rolamento dianteiro externo	UNIDADE	4
154	Rolamento traseiro interno	UNIDADE	4
155	Rolamento traseiro externo	UNIDADE	4
156	Rolamento de centro	UNIDADE	4
157	Luva do cardan	UNIDADE	4
158	Ponteira do cardan	UNIDADE	4
159	Retentor do pinhão do diferencial	UNIDADE	4
160	Cilindro mestre de freio	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

161	Cilindro mestre de embreagem	UNIDADE	4
162	Cilindro auxiliar de embreagem	UNIDADE	4
163	Parafuso de roda dianteiro	UNIDADE	16
164	Parafuso de roda traseiro	UNIDADE	32
165	Tambor de freio dianteiro	UNIDADE	2
166	Tambor de freio traseiro	UNIDADE	2
167	Correia do alternador	UNIDADE	4
168	Tensionador da correia	UNIDADE	4
169	Cruzeta do diferencial	UNIDADE	4
170	Bomba de transferência	UNIDADE	1
171	Kit de embreagem	UNIDADE	4
172	Terminais de direção	UNIDADE	4
173	Cabo do acelerador	UNIDADE	3
174	Anti ferrugem	UNIDADE	6
175	Amortecedores dianteiros	UNIDADE	4
176	Amortecedores traseiros	UNIDADE	4
177	Palheta do limpador	UNIDADE	2
178	Filtro separador	UNIDADE	4
179	Bateria 150 amp.	UNIDADE	1
180	Pino de centro	UNIDADE	6
181	Pino do feixe mola dianteira	UNIDADE	6
182	Pino do feixe de mola traseira	UNIDADE	6
183	Bucha do feixe de mola dianteira	UNIDADE	8
184	Bucha do feixe de mola traseira	UNIDADE	8
185	Extintor	UNIDADE	1
186	Barra da direção	UNIDADE	2
187	Para brisa dianteiro	UNIDADE	1
188	Grampo do feixe de mola	UNIDADE	4
189	Bucha do eixo S	UNIDADE	4
190	Reparo do eixo S	UNIDADE	4
191	Jumelo dianteiro	UNIDADE	4
192	Jumelo traseiro	UNIDADE	4
193	Pino do jumelo	UNIDADE	4
194	Mangueira de ar – metro	UNIDADE	40
195	Bucha do amortecedor	UNIDADE	4
196	Bucha do estabilizador traseiro	UNIDADE	4
197	Bucha do estabilizador dianteiro	UNIDADE	4
198	Maneco de freio	UNIDADE	1
199	Abraçadeiras de ½”	UNIDADE	8
200	Retentor do diferencial	UNIDADE	4
201	Retentor da caixa de marcha	UNIDADE	4
202	Tampa do tanque	UNIDADE	2
203	Tensionador da correia do alternador	UNIDADE	4
204	Rolete da sapata de freio	UNIDADE	8
205	Reservatório de água do radiador	UNIDADE	2
206	Ventuina	UNIDADE	2
207	Coxim da gabine dianteiro	UNIDADE	4
208	Coxim da gabine traseiro	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

209	Cálço da gabine dianteiro	UNIDADE	4
210	Tampa reservatório de água	UNIDADE	2
211	Embreagem viscosa	UNIDADE	2
212	Coxim do motor	UNIDADE	4
213	Coxim dianteiro do motor	UNIDADE	4
214	Coxim do traseiro do motor	UNIDADE	4
215	Mangueira do interculer do radiador	UNIDADE	4
216	Mangueira do radiador	UNIDADE	4
217	Bomba d'água	UNIDADE	2
218	Embuchamento da manga de eixo	UNIDADE	8
219	Sensor do racor	UNIDADE	4
220	Catraca de freio dianteiro	UNIDADE	4
221	Catraca de freio traseiro	UNIDADE	4
222	Cola para brisa	UNIDADE	3
223	Pneus 275/80 R 22.50	UNIDADE	12
224	Aro 22	UNIDADE	12
<b>3º LOTE PEÇAS PARA TRITON</b>			
225	Braço auxiliar	UNIDADE	12
226	Braço pitman	UNIDADE	12
227	Pivô inferior	UNIDADE	12
228	Pivô superior	UNIDADE	12
229	Terminal direção curto	UNIDADE	12
230	Terminal direção longo	UNIDADE	12
231	Kit batente amortecedor	UNIDADE	12
232	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	6
233	Retrovisor lado direito	UNIDADE	6
234	Retrovisor lado esquerdo	UNIDADE	6
235	Amortecedor traseiro	UNIDADE	6
236	Jogo de Farol dianteiro	UNIDADE	6
237	Lanterna dianteira	UNIDADE	12
238	Lanterna traseira	UNIDADE	12
239	Jogo Maçaneta da tampa traseira	UNIDADE	6
240	Bucha do feixe de mola	UNIDADE	8
241	Bucha do jumelo	UNIDADE	8
242	Faroleta do para choque dianteiro	UNIDADE	4
243	Bucha da bandeja superior	UNIDADE	24
244	Bucha da bandeja inferior	UNIDADE	24
245	Bieleta da suspensão	UNIDADE	24
246	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	4
247	Rolamento de centro	UNIDADE	6
248	Cruzeta do diferencial	UNIDADE	4
249	Retentor da roda traseira	UNIDADE	4
250	Retentor da Roda dianteira	UNIDADE	4
251	Kit de embreagem	UNIDADE	4
252	Rolamento da roda dianteira	UNIDADE	12
253	Rolamento da roda traseira	UNIDADE	12
254	Retentor lateral da caixa	UNIDADE	6
255	Junta homocinetica	UNIDADE	6



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

256	Filtro de óleo	UNIDADE	30
257	Filtro de ar	UNIDADE	30
258	Filtro de combustível	UNIDADE	30
259	Rolamento gaiola diferencial	UNIDADE	6
260	Correia dentada grande	UNIDADE	3
261	Correia dentada pequena	UNIDADE	3
262	Tensionadores da correia dentada	UNIDADE	3
263	Correia do alternador	UNIDADE	3
264	Correia do ar condicionado	UNIDADE	3
265	Retentor do volante	UNIDADE	6
266	Retentor da distribuição	UNIDADE	6
267	Ventruína do motor	UNIDADE	6
268	Bomba hidráulica	UNIDADE	6
269	Bandeja superior da suspensão	UNIDADE	6
270	Pino de centro	UNIDADE	12
271	Disco de freio	UNIDADE	6
272	Tambor de freio	UNIDADE	6
273	Jogo de mola do patins	UNIDADE	6
274	Jogo de pastilhas de freio	UNIDADE	6
275	Jogo de sapata de freio	UNIDADE	6
276	Jogo de regulagem do patins	UNIDADE	12
277	Cabo de freio de mão primário	UNIDADE	3
278	Cabo do velocímetro	UNIDADE	3
279	Cardan do diferencial	UNIDADE	3
280	Alternador	UNIDADE	3
281	Motor de partida	UNIDADE	3
282	Flexível de freio	UNIDADE	12
283	Molas da pastilha	UNIDADE	12
284	Bomba d'água	UNIDADE	3
285	Bucha do estabilizador	UNIDADE	12
286	Jogo de junta do motor	UNIDADE	9
287	Bateria 70 Amp.	UNIDADE	3
288	Pneu 265/70 R16	UNIDADE	15
289	Automatico do motor de partida	UNIDADE	3
290	Bendix do motor de partida	UNIDADE	3
291	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	3
292	Bucha do motor de partida	UNIDADE	3
293	Escova do motor de partida	UNIDADE	3
294	Bobina de campo	UNIDADE	3
295	Buzina	UNIDADE	3
296	Extintor	UNIDADE	3
297	Terminal de encaixe fêmea	UNIDADE	3
298	Terminal de encaixe macho	UNIDADE	3
299	Terminal de olhal	UNIDADE	3
300	Protetor do carter	UNIDADE	3
301	Aro do farol	UNIDADE	6
302	Cilindro de roda traseiro	UNIDADE	6
303	Reparo da pinça dianteiro	UNIDADE	6



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

304	Batente da suspensão dianteira	UNIDADE	6
305	Para brisa	UNIDADE	3
306	Cola para brisa	UNIDADE	3
307	Feixe de mola	UNIDADE	6
<b>4º LOTE RENAULT KWID</b>			
308	Filtro de óleo	UNIDADE	4
309	Filtro de combustível	UNIDADE	4
310	Filtro de ar	UNIDADE	4
311	Bucha da bandeja	UNIDADE	8
312	Pivô da bandeja	UNIDADE	2
313	Terminal de direção	UNIDADE	2
314	Braço da direção	UNIDADE	2
315	Cabo de frio de mão	UNIDADE	2
316	Tambor freio traseiro	UNIDADE	2
317	Pastilha de freio dianteira	UNIDADE	2
318	Sapata freio traseira	UNIDADE	2
319	Automático do motor de partida	UNIDADE	1
320	Bendix do motor de partida	UNIDADE	1
321	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	1
322	Bucha do motor de partida	UNIDADE	3
323	Escova do motor de partida	UNIDADE	3
324	Bobina de campo	UNIDADE	3
325	Bandeja dianteira	UNIDADE	1
326	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	2
327	Amortecedor traseiro	UNIDADE	2
328	Mola dianteira	UNIDADE	2
329	Mola traseira	UNIDADE	2
330	Correia do alternador	UNIDADE	2
331	Tensionador correia do alternador	UNIDADE	2
332	Bateria	UNIDADE	2
333	Pneu 165x70 R13	UNIDADE	2
334	Extintor	UNIDADE	2
335	Junta do cabeçote	UNIDADE	2
336	Junta do cárter	UNIDADE	2
337	Alternador	UNIDADE	1
338	Eletro ventilador	UNIDADE	1
339	Jg junta motor	UNIDADE	2
340	Jg aneis motor	UNIDADE	2
341	Bronzina biela	UNIDADE	2
342	Bronzina mancal	UNIDADE	2
343	Bomba oleo	UNIDADE	1
344	Bomba dagua	UNIDADE	1
345	Jg pistao motor	UNIDADE	2
346	Motor partida	UNIDADE	1
347	Farol lado direito	UNIDADE	2
348	Farol lado esquerdo	UNIDADE	2
349	Lanterna traseira lado direito	UNIDADE	4
350	Lanterna traseira lado esquerdo	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

351	Kit batente amortecedor	UNIDADE	2
352	Coxim amortecedor	UNIDADE	2
353	Jg mola sapata	UNIDADE	2
354	Coxim motor	UNIDADE	2
355	Coxim caixa	UNIDADE	2
356	Cilindro de roda traseiro	UNIDADE	2
357	Retrovisor lado direito	UNIDADE	2
358	Retrovisor lado esquerdo	UNIDADE	2
359	Macaneta externa	UNIDADE	1
360	Macaneta interna	UNIDADE	2
361	Correia dentada	UNIDADE	2
362	Tensor correia dentada	UNIDADE	2
363	Junta homocinetica	UNIDADE	2
364	Coifa junta homocinetica	UNIDADE	2
365	Coifa caixa direcao	UNIDADE	2
366	Protetor carte	UNIDADE	2
367	Bomba hidraulica	UNIDADE	1
368	Bomba combustivel	UNIDADE	1
369	Radiador	UNIDADE	2
370	Compressor de ar condicionado	UNIDADE	2
371	Rolamento roda traseira	UNIDADE	2
372	Rolamento roda dianteira	UNIDADE	2
373	Jg vela	UNIDADE	2
374	Jg cabo vela	UNIDADE	2
375	Sonda lambda	UNIDADE	1
376	Valvula termostatica	UNIDADE	1
<b>5º LOTE FIAT DUCATO MAXICARGO</b>			
377	Braço auxiliar	UNIDADE	2
378	Braço pitman	UNIDADE	2
379	Pivô inferior	UNIDADE	2
380	Pivô superior	UNIDADE	2
381	Terminal direção curto	UNIDADE	2
382	Terminal direção longo	UNIDADE	2
383	Kit batente amortecedor	UNIDADE	2
384	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	2
385	Amortecedor traseiro	UNIDADE	2
386	Farol dianteiro	UNIDADE	2
387	Lanterna dianteira	UNIDADE	2
388	Lanterna traseira	UNIDADE	1
389	Maçaneta da tampa	UNIDADE	1
390	Bucha do feixe de mola	UNIDADE	2
391	Bucha do jumelo	UNIDADE	4
392	Faroleta do para choque dianteiro	UNIDADE	2
393	Bucha da bandeja superior	UNIDADE	4
394	Bucha da bandeja inferior	UNIDADE	4
395	Bieleta da suspensão	UNIDADE	2
396	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	2
397	Retentor da roda traseira	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

398	Retentor da roda dianteira	UNIDADE	2
399	Kit de embreagem	UNIDADE	1
400	Rolamento da roda dianteira	UNIDADE	4
401	Rolamento da roda traseira	UNIDADE	4
402	Retentor lateral da caixa	UNIDADE	2
403	Junta homocinética	UNIDADE	2
404	Filtro de óleo	UNIDADE	6
405	Filtro de ar	UNIDADE	6
406	Filtro ar condicionado	UNIDADE	6
407	Filtro de combustível	UNIDADE	6
408	Rolamento gaiola diferencial	UNIDADE	2
409	Correia dentada grande	UNIDADE	1
410	Tensionadores da correia dentada	UNIDADE	1
411	Correia do alternador	UNIDADE	1
412	Correia de ar condicionado	UNIDADE	1
413	Correia do hidráulico	UNIDADE	1
414	Retentor do volante	UNIDADE	2
415	Retrovisor	UNIDADE	2
416	Ventruína do motor	UNIDADE	2
417	Bomba hidráulica	UNIDADE	1
418	Bandeja superior da suspensão	UNIDADE	1
419	Pino de centro	UNIDADE	2
420	Disco de freio	UNIDADE	2
421	Tambor de freio	UNIDADE	2
422	Jogo de mola do patins	UNIDADE	2
423	Jogo de pastilhas de freio	UNIDADE	2
424	Jogo de sapata de freio	UNIDADE	2
425	Jogo de regulagem do patins	UNIDADE	2
426	Cabo de freio de mão primário	UNIDADE	1
427	Cabo de freio de mão secUNIDADEária	UNIDADE	1
428	Cabo do velocímetro	UNIDADE	1
429	Alternador	UNIDADE	1
430	Flexível de freio	UNIDADE	2
431	Molas da pastilha	UNIDADE	2
432	Bomba de óleo	UNIDADE	1
433	Bomba d'água	UNIDADE	1
434	Bucha do estabilizador	UNIDADE	2
435	Jogo de Junta do motor	UNIDADE	1
436	Bateria	UNIDADE	1
437	Pneu 265x70 R16	UNIDADE	5
438	Automático do motor de partida	UNIDADE	1
439	Bandix do motor de partida	UNIDADE	1
440	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	1
441	Bucha do motor de partida	UNIDADE	1
442	Escova do motor de partida	UNIDADE	1
443	Bobina de campo	UNIDADE	1
444	Extintor	UNIDADE	1
445	Sirene de ré	UNIDADE	1



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

446	Protetor de cárter	UNIDADE	1
447	Aro do farol	UNIDADE	2
448	Cilindro de roda traseiro	UNIDADE	2
449	Reparo da pinça dianteiro	UNIDADE	2
450	Batente da suspensão dianteira	UNIDADE	2
451	Giro flex.	UNIDADE	1
452	Feixe de mola	UNIDADE	2
453	Vela de aquecedor	UNIDADE	4
454	Motor de partida	UNIDADE	1
455	Jogo de farol grande	UNIDADE	22
456	Coxim motor	UNIDADE	2
457	Coxim caixa	UNIDADE	2
458	Caixa direcao	UNIDADE	2
<b>6º LOTE IVECO LAILY</b>			
459	Filtro de óleo	UNIDADE	6
460	Filtro de ar	UNIDADE	6
461	Filtro de combustível	UNIDADE	6
462	Alternador	UNIDADE	1
463	Câmara de ar	UNIDADE	5
<b>7º LOTE FORD KA</b>			
464	Braço Axial	UNIDADE	2
465	Bucha do eixo trazeiro	UNIDADE	2
466	Pivô inferior	UNIDADE	2
467	Terminal de direção direito	UNIDADE	2
468	Terminal de direção esquerdo	UNIDADE	2
469	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	2
470	Amortecedor traseiro	UNIDADE	2
471	Kit de embreagem	UNIDADE	1
472	Rolamento da roda dianteira blindado	UNIDADE	2
473	Rolamento da roda traseira com cubo	UNIDADE	2
474	Junta homocinética	UNIDADE	2
475	Filtro de óleo	UNIDADE	6
476	Filtro de ar	UNIDADE	6
477	Filtro de combustível	UNIDADE	6
478	Correia dentada grande	UNIDADE	2
479	Tensionadores da correia dentada	UNIDADE	2
480	Correia do alternador	UNIDADE	2
481	Correia do ar condicionado	UNIDADE	2
482	Correia do hidráulico	UNIDADE	2
483	Retentor do volante	UNIDADE	2
484	Ventuina do motor	UNIDADE	2
485	Bomba hidráulica	UNIDADE	2
486	Disco de freio	UNIDADE	2
487	Tambor de freio	UNIDADE	2
488	Jogo de mola do patins	UNIDADE	2
489	Jogo de pastilha de freio	UNIDADE	2
490	Jogo de sapata de freio	UNIDADE	2
491	Jogo de regulagem do patins	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

492	Cabo de velocímetro	UNIDADE	1
493	Alternador	UNIDADE	1
494	Motor de partida	UNIDADE	1
495	Flexível de freio	UNIDADE	2
496	Bomba d'água	UNIDADE	1
497	Bomba de combustível	UNIDADE	2
498	Bateria	UNIDADE	1
499	Pneu 165x70 R13	UNIDADE	5
500	Bendix do motor de partida	UNIDADE	2
501	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	2
502	Bucha do motor de partida	UNIDADE	2
503	Escova do motor de partida	UNIDADE	2
504	Bobina de campo	UNIDADE	2
505	Extintor	UNIDADE	1
506	Protetor do cárter	UNIDADE	1
507	Cilindro auxiliar da roda traseira	UNIDADE	2
508	Cilindro mestre de freio	UNIDADE	1
509	Cilindro mestre de embreagem	UNIDADE	2
510	Impulsor de embreagem	UNIDADE	1
511	Reparo da pinça dianteiro	UNIDADE	2
512	Batente da suspensão dianteira	UNIDADE	2
513	Jg junta motor	UNIDADE	2
514	coxim motor	UNIDADE	2
515	coxim caixa	UNIDADE	2
516	Caixa direcao	UNIDADE	1
517	Radiador	UNIDADE	1
518	Mola dianteira	UNIDADE	2
519	Mola traseira	UNIDADE	2
520	Jg vela	UNIDADE	1
521	Jg cabo vela	UNIDADE	1
522	Sonda lambda	UNIDADE	1
523	Valvula termostatica	UNIDADE	1
<b>8º LOTE DOBLO</b>			
524	Braço Axial	UNIDADE	2
525	Braço oscilante	UNIDADE	2
526	Pivô inferior	UNIDADE	2
527	Terminal de direção direito	UNIDADE	2
528	Terminal de direção esquerdo	UNIDADE	2
529	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	2
530	Amortecedor traseiro	UNIDADE	2
531	Bieleta da suspensão	UNIDADE	2
532	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	2
533	Kit de embreagem	UNIDADE	1
534	Rolamento da roda dianteira blindado	UNIDADE	2
535	Rolamento da roda traseira com cubo	UNIDADE	2
536	Junta homocinética	UNIDADE	2
537	Filtro de óleo	UNIDADE	6
538	Filtro de ar	UNIDADE	6



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

539	Filtro de combustível	UNIDADE	6
540	Rolamento gaiola diferencial	UNIDADE	2
541	Correia do alternador	UNIDADE	2
542	Correia do ar condicionado	UNIDADE	2
543	Retentor do volante	UNIDADE	2
544	Ventruína do motor	UNIDADE	1
545	Disco de freio	UNIDADE	2
546	Tambor de freio	UNIDADE	2
547	Jogo de mola do patins	UNIDADE	2
548	Jogo de pastilha de freio	UNIDADE	2
549	Jogo de sapata de freio	UNIDADE	2
550	Jogo de regulagem do patins	UNIDADE	2
551	Cabo de freio de mão primário	UNIDADE	2
552	Cabo de freio de mão secundário	UNIDADE	2
553	Alternador	UNIDADE	1
554	Motor de partida	UNIDADE	1
555	Flexível de freio	UNIDADE	2
556	Bomba d'água	UNIDADE	1
557	Bomba de combustível	UNIDADE	2
558	Bucha do estabilizador	UNIDADE	2
559	Bateria	UNIDADE	1
560	Pneu 165X70 R14	UNIDADE	5
561	Automático do motor de partida	UNIDADE	2
562	Bendix do motor de partida	UNIDADE	2
563	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	2
564	Bucha do motor de partida	UNIDADE	2
565	Escova do motor de partida	UNIDADE	2
566	Bobina de campo	UNIDADE	2
567	Regulador de voltagem	UNIDADE	2
568	Buzina	UNIDADE	1
569	Extintor	UNIDADE	1
570	Protetor do cartér	UNIDADE	1
571	Cilindro auxiliar da roda traseira	UNIDADE	2
572	Cilindro mestre de freio	UNIDADE	2
573	Cilindro mestre de embreagem	UNIDADE	2
574	Impulsor de embreagem	UNIDADE	1
575	Jg junta motor	UNIDADE	1
576	coxim motor	UNIDADE	2
577	coxim caixa	UNIDADE	2
578	Caixa direcao	UNIDADE	1
579	Radiador	UNIDADE	1
580	Condensador	UNIDADE	1
581	Compressor ar condicionado	UNIDADE	1
582	Mola dianteira	UNIDADE	2
583	Mola traseira	UNIDADE	2
584	Coifa caixa direcao	UNIDADE	2
585	Coifa junta homocinetica	UNIDADE	2
586	Coxim amortecedor	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

587	Mangote superior	UNIDADE	2
588	Mangote inferior	UNIDADE	2
589	Eletro ventilador	UNIDADE	1
590	Batente da suspensão dianteira	UNIDADE	2
591	Jg vela	UNIDADE	1
592	Jg cabo vela	UNIDADE	1
593	Valvula termostatica	UNIDADE	1
594	Sonda lambda	UNIDADE	1
<b>9º LOTE</b>		<b>POUGEOT PARTNER</b>	
595	Filtro de óleo	UNIDADE	12
596	Filtro de combustível	UNIDADE	12
597	Filtro de ar	UNIDADE	12
598	Bucha da bandeja	UNIDADE	16
599	Pivô da bandeja	UNIDADE	16
600	Terminal de direção	UNIDADE	6
601	Braço da direção	UNIDADE	6
602	Disco de freio dianteiro	UNIDADE	2
603	Tambor de freio	UNIDADE	4
604	Sapata freio traseira	UNIDADE	4
605	Automático do motor de partida	UNIDADE	2
606	Bandix do motor de partida	UNIDADE	2
607	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	2
608	Bucha do motor de partida	UNIDADE	2
609	Escova do motor de partida	UNIDADE	2
610	Bobina de campo	UNIDADE	4
611	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	4
612	Amortecedor traseiro	UNIDADE	4
613	Mola dianteira	UNIDADE	4
614	Mola traseira	UNIDADE	4
615	Correia do alternador	UNIDADE	4
616	Bateria	UNIDADE	2
617	Pneu 165x70R13	UNIDADE	10
618	Extintor	UNIDADE	2
619	Válvula de escape	UNIDADE	2
620	Junta do cabeçote	UNIDADE	2
621	Tampa de válvula	UNIDADE	2
622	Mangote inferior	UNIDADE	2
623	Mangote superior	UNIDADE	1
624	Alternador	UNIDADE	1
625	Jg junta motor	UNIDADE	2
626	Jg pistao motor	UNIDADE	2
627	Jg 35néis seguimento	UNIDADE	2
628	Biela motor	UNIDADE	2
629	Bronzina biela	UNIDADE	2
630	Bronzina mancal	UNIDADE	2
631	Bomba oleo	UNIDADE	2
632	Bomba dagua	UNIDADE	2
633	Retentor volante	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

634	Jg vela	UNIDADE	2
635	Cabo vela	UNIDADE	2
636	Sonda lambda	UNIDADE	1
637	Valvula termostatica	UNIDADE	2
638	Correia dentada	UNIDADE	4
639	Tensor correia dentada	UNIDADE	4
640	Tensor correia alternador	UNIDADE	4
641	Reservatorio agua	UNIDADE	2
642	Radiador	UNIDADE	1
643	Condensador	UNIDADE	1
644	Bomba hidráulica	UNIDADE	1
645	Bomba combustivel	UNIDADE	2
646	Bandeja inferior	UNIDADE	2
647	Coxim amortecedor	UNIDADE	2
648	Kit batente amortecedor	UNIDADE	2
649	Coxim motor	UNIDADE	2
650	Coxim caixa	UNIDADE	2
651	Parachoque dianteiro	UNIDADE	1
652	Farol dianteiro lado direito	UNIDADE	2
653	Farol dianteiro lado esquerdo	UNIDADE	2
654	Lanterna traseira lado direito	UNIDADE	2
655	Lanterna traseira lado esquerdo	UNIDADE	2
656	Junta homocinetica	UNIDADE	2
657	Coifa caixa direcao	UNIDADE	2
658	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	2
659	Bucha estabilizador	UNIDADE	2
660	Coifa junta homocinetica	UNIDADE	2
661	Bieleta da suspensão	UNIDADE	2
662	Jg mola sapata	UNIDADE	2
663	Mola pastilha	UNIDADE	2
664	Regulagem sapata	UNIDADE	2
665	Cilindro mestre freio	UNIDADE	2
666	Cilindro mestre embreagem	UNIDADE	2
667	Cilindro auxiliar embreagem	UNIDADE	2
668	Cilindro roda	UNIDADE	2
669	Rolamento roda dianteiro	UNIDADE	2
670	Rolamento roda traseiro	UNIDADE	2
<b>10º LOTE</b>		<b>FIAT FIORINO FURGÃO FIRE</b>	
671	Filtro de óleo	UNIDADE	6
672	Filtro de combustível	UNIDADE	6
673	Filtro de ar	UNIDADE	6
674	Bucha da bandeja	UNIDADE	4
675	Pivô da bandeja	UNIDADE	2
676	Terminal de direção	UNIDADE	2
677	Braço da direção	UNIDADE	2
678	Disco de freio dianteiro	UNIDADE	2
679	Tambor de freio	UNIDADE	2
680	Pastilha de freio dianteira	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

681	Sapata freio traseira	UNIDADE	2
682	Automático do motor de partida	UNIDADE	1
683	Bandix do motor de partida	UNIDADE	1
684	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	1
685	Bucha do motor de partida	UNIDADE	1
686	Escova do motor de partida	UNIDADE	1
687	Bobina de campo	UNIDADE	1
688	Cabo de embreagem	UNIDADE	1
689	Cabo do acelerador	UNIDADE	1
690	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	2
691	Amortecedor traseiro	UNIDADE	2
692	Mola dianteira	UNIDADE	2
693	Mola traseira	UNIDADE	2
694	Correia do alternador	UNIDADE	2
695	Tensionadores da correia do alternador	UNIDADE	1
696	Bateria	UNIDADE	1
697	Pneu 165x70 R14	UNIDADE	5
698	Extintor	UNIDADE	1
699	Junta do cabeçote	UNIDADE	1
700	Junta do cárter	UNIDADE	1
701	Mangote inferior	UNIDADE	2
702	Mangote superior	UNIDADE	2
703	Alternador	UNIDADE	1
704	Eletro ventilador	UNIDADE	1
705	Jg junta motor	UNIDADE	1
706	Jg pistao motor	UNIDADE	1
707	Jg anéis seguimento	UNIDADE	1
708	Bronzina mancal	UNIDADE	1
709	Bomba oleo	UNIDADE	1
710	Bomba dagua	UNIDADE	1
711	Retentor volante	UNIDADE	1
712	Jg vela	UNIDADE	1
713	Cabo vela	UNIDADE	1
714	Sonda lambda	UNIDADE	1
715	Valvula termostatica	UNIDADE	1
716	Correia dentada	UNIDADE	1
717	Tensor correia dentada	UNIDADE	2
718	Tensor correia alternador	UNIDADE	2
719	Reservatorio agua	UNIDADE	2
720	Radiador	UNIDADE	1
721	Condensador	UNIDADE	1
722	Bomba hidráulica	UNIDADE	1
723	Bomba combustivel	UNIDADE	2
724	Bandeja inferior	UNIDADE	2
725	Coxim amortecedor	UNIDADE	2
726	Kit batente amortecedor	UNIDADE	2
727	Coxim motor	UNIDADE	2
728	Coxim caixa	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

729	Junta homocinetica	UNIDADE	2
730	Coifa caixa direcao	UNIDADE	2
731	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	1
732	Bucha estabilizador	UNIDADE	2
733	Coifa junta homocinetica	UNIDADE	2
734	Jg mola sapata	UNIDADE	2
735	Mola pastilha	UNIDADE	1
736	Regulagem sapata	UNIDADE	2
737	Cilindro mestre freio	UNIDADE	1
738	Cilindro mestre embreagem	UNIDADE	1
739	Cilindro auxiliar embreagem	UNIDADE	2
740	Cilindro roda	UNIDADE	2
741	Rolamentor roda dianteiro	UNIDADE	2
742	Rolamento roda traseiro	UNIDADE	2
<b>11º LOTE SIENA ATTRACTIV</b>			
743	Braço Axial	UNIDADE	4
744	Pivô inferior	UNIDADE	4
745	Terminal de direção direito	UNIDADE	4
746	Terminal de direção esquerdo	UNIDADE	4
747	Amortecedor dianteiro	UNIDADE	4
748	Mola dianteira	UNIDADE	4
749	Mola trasiera	UNIDADE	4
750	Amortecedor traseiro	UNIDADE	4
751	Bucha do eixo trazeiro	UNIDADE	4
752	Bieleta da suspensão	UNIDADE	4
753	Estabilizador dianteiro	UNIDADE	1
754	Kit de embreagem	UNIDADE	2
755	Rolamento da roda dianteira blindado	UNIDADE	4
756	Rolamento da roda traseira com cubo	UNIDADE	4
757	Junta homocinética	UNIDADE	4
758	Filtro de óleo	UNIDADE	12
759	Filtro de ar	UNIDADE	12
760	Filtro de combustível	UNIDADE	12
761	Correia dentada grande	UNIDADE	4
762	Tensionadores da correia dentada	UNIDADE	4
763	Correia do alternador	UNIDADE	4
764	Correia do ar condicionado	UNIDADE	4
765	Correia do hidráulico	UNIDADE	4
766	Ventruina do motor	UNIDADE	2
767	Disco de freio	UNIDADE	2
768	Tambor de freio	UNIDADE	2
769	Jogo de mola do patins	UNIDADE	4
770	Jogo de pastilha de freio	UNIDADE	4
771	Jogo de sapata de freio	UNIDADE	4
772	Jogo de regulagem do patins	UNIDADE	4
773	Cabo de freio de mão primário	UNIDADE	2
774	Cabo de freio de mão secUNIDADEário	UNIDADE	2
775	Cabo de embreagem	UNIDADE	2



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

776	Alternador	UNIDADE	2
777	Flexível de freio	UNIDADE	4
778	Bomba d'água	UNIDADE	1
779	Bomba de combustível	UNIDADE	2
780	Bateria	UNIDADE	2
781	Pneu 165X70 R14	UNIDADE	10
782	Automático do motor de partida	UNIDADE	2
783	Bendix do motor de partida	UNIDADE	2
784	Porta escova do motor de partida	UNIDADE	2
785	Bucha do motor de partida	UNIDADE	2
786	Escova do motor de partida	UNIDADE	2
787	Bobina de campo	UNIDADE	2
788	Regulador de voltagem	UNIDADE	2
789	Extintor	UNIDADE	2
790	Protetor do cartér	UNIDADE	2
791	Cilindro auxiliar da roda traseira	UNIDADE	4
792	Cilindro mestre de freio	UNIDADE	4
793	Cilindro mestre de embreagem	UNIDADE	4
794	Impulsor de embreagem	UNIDADE	4
795	Reparo da pinça dianteiro	UNIDADE	4
796	Batente da suspensão dianteira	UNIDADE	2
797	Jg junta motor	UNIDADE	2
798	Jg pistao motor	UNIDADE	2
799	Jg aneis seguimento	UNIDADE	2
800	Bronzina biela	UNIDADE	2
801	Bronzina mancal	UNIDADE	2
802	Retentor volante	UNIDADE	2
803	Jg vela	UNIDADE	2
804	Cabo vela	UNIDADE	2
805	Sonda lambda	UNIDADE	1
806	Valvula termostatica	UNIDADE	2
807	Tensor correia alternador	UNIDADE	2
808	Reservatorio agua	UNIDADE	1
809	Radiador	UNIDADE	1
810	Condensador	UNIDADE	1
811	Bomba hidráulica	UNIDADE	2
812	Bandeja inferior	UNIDADE	2
813	Coxim amortecedor	UNIDADE	2
814	Coxim motor	UNIDADE	2
815	Coxim caixa	UNIDADE	2
816	Coifa caixa direcao	UNIDADE	2
817	Coifa junta homocinetica	UNIDADE	2
<b>12° LOTE</b>		<b>MOTONIVELADORA CARTEPILLAR - 120K</b>	
818	1R1807 – FILTRO LUBRIFICANTE	UNIDADE	4
819	1R0762 – FILTRO DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	4
820	2456376 – FILTRO DE AR SECUNIDADEARIO	UNIDADE	4
821	2457675 – FILTRO DE AR PRIMARIO	UNIDADE	4
822	3283655 – FILTRO DE TRAMISSAO	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

823	7D1576 – BORDA CORTANTE	UNIDADE	2
824	1289654 – TIRA	UNIDADE	1
825	3330960 – TIRA	UNIDADE	1
826	1313736 – TERMINAL	UNIDADE	1
827	12123737 – TERMINAL	UNIDADE	1
828	1212738 – TERMINAL	UNIDADE	1
829	5T0735 – CORRENTE	UNIDADE	1
830	5T2825 – TIRA	UNIDADE	1
831	5T2925 – TIRA	UNIDADE	1
832	5T8366 – TIRA	UNIDADE	1
833	5T8367 – TIRA	UNIDADE	1
834	5185072 - SOLENOIDE	UNIDADE	1
<b>13° LOTE</b>	<b>RETRO ESCAVADEIRA XT870 BR</b>		
835	6736515142 – FILTRO LUB.	UNIDADE	4
836	6732716112 – FILTRO DIESEL	UNIDADE	4
837	22U0421260 – FILTRO SEPARADOR	UNIDADE	4
838	6001853100 – CONJ. FILTRO AR	UNIDADE	4
839	4171834130 – FILTRO DE CARGA	UNIDADE	4
840	4181834160 – FILTRO HST	UNIDADE	4
841	4196035152 – FILTRO HIDRAULICO	UNIDADE	4
842	4176015380 – RESPIRO HIDRAULICO	UNIDADE	4
843	6732816170 – CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	4
844	0412021744 – CORREIA AR CONDICIONADO	UNIDADE	4
845	4270722120 – FILTRO AR CONDICIONADO	UNIDADE	4
846	20Y9796261 – FILTRO AR CONDÇIONADO	UNIDADE	4
847	20X7014160 – DENTE	UNIDADE	4
848	207014170 – PINO	UNIDADE	4
849	4188471120 – ADAPTADOR CENTRAL	UNIDADE	4
850	4188471160 – ADAPTADOR L.E	UNIDADE	4
851	4188471170 – ADAPTADOR L.D	UNIDADE	4
852	41770B3380 – BORDA	UNIDADE	4
853	41770B3390 – BORDA	UNIDADE	4
854	4180331113 – RADIADOR	UNIDADE	4
855	7021603661 – VALVULA PILOTO	UNIDADE	4
<b>14° LOTE</b>	<b>GERICO NEW HOLLAND TT 4030</b>		
856	6003193610 – FILTRO SEP COMBUSTIVEL	UNIDADE	4
857	6754796140 – FILTRO DIESEL	UNIDADE	4
858	6736515141 – FILTRO LUB. MOTOR	UNIDADE	4
859	12Y0211190 – FILTRO AR MOTOR INTERNO	UNIDADE	4
860	12Y0211180 – FILTRO AR MOTOR EXTERNO	UNIDADE	4
861	12Y9791140 – FILTRO SECADOR	UNIDADE	4
862	6732823430 – CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	2
863	12Y7211220 - LAMINA	UNIDADE	1
864	12Y7211230 – LAMINA	UNIDADE	1
865	0209011270 – PARAFUSO	UNIDADE	20
866	0229011219 – PORCA	UNIDADE	20
867	12Y2711510 – CONJ SEGMENTO	UNIDADE	2
868	11Y0628710 – FILTRO HIDRAULICO	UNIDADE	4



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

869	1136043321 – FILTRO	UNIDADE	4
<b>15° LOTE</b>	<b>RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD406</b>		
870	219000488 – CRUZETA	UNIDADE	4
871	219001025 – ROLAMENTO	UNIDADE	4
872	219000082 – KIT REPARO	UNIDADE	1
873	219002262 – KIT REPARO	UNIDADE	1
874	219001078 – REPARO CILINDRO MESTRE	UNIDADE	1
875	219000067 - CILINDRO MESTRE	UNIDADE	1
876	219002259 – REPARO CILINDRO PENETRAÇÃO	UNIDADE	1
877	KIT EMBUCHAMENTO DIRECAO RD406	UNIDADE	1
878	219000349 – RESERVATORIO	UNIDADE	1
879	219001451 – BOMBA	UNIDADE	1
<b>16° LOTE</b>	<b>GERICO NEW HOLLAND TL.5.90</b>		
880	6003193610 – FILTRO SEP COMBUSTIVEL	UNIDADE	4
881	6754796140 – FILTRO DIESEL	UNIDADE	4
882	6736515141 – FILTRO LUB. MOTOR	UNIDADE	4
883	12Y0211190 – FILTRO AR MOTOR INTERNO	UNIDADE	4
884	12Y0211180 – FILTRO AR MOTOR EXTERNO	UNIDADE	4
885	6732823430 – CORREIA ALTERNADOR	UNIDADE	1
886	12Y2711510 – CONJ SEGMENTO	UNIDADE	1
887	11Y0628710 – FILTRO HIDRAULICO	UNIDADE	4
888	1136043321 – FILTRO	UNIDADE	4
889	Lâmpada H1	UNIDADE	4
890	Lâmpada H3	UNIDADE	4
891	Lâmpada H7	UNIDADE	4
892	Lâmpada 1 polo	UNIDADE	10
893	Lâmpada 2 polo	UNIDADE	10
894	Lâmpada 69	UNIDADE	10
895	Lâmpada 67	UNIDADE	10
896	Fusível 10 amp.	UNIDADE	10
897	Fusível 15 amp.	UNIDADE	10
898	Fusível 20 amp.	UNIDADE	10
899	Fusível 25 amp.	UNIDADE	10
900	Fusível 30 amp.	UNIDADE	10
901	Fio elétrico 12mm	UNIDADE	10
902	Lâmpada H1 12 W	UNIDADE	10
903	Lâmpada H3 12 W	UNIDADE	10
904	Lâmpada H7 12 W	UNIDADE	10

## **5. FUNDAMENTO LEGAL**

5.1 Lei 8.666/93, atualizada

5.2 - Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que instituiu modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

5.3 - Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que institui o Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno porte e demais decretos vigentes.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

**6. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- a) Fornecer o produto em conformidade com o Termo de Referência, de acordo com especificações apresentadas;
- b) Cumprir com os prazos de fornecimento determinados neste Termo de Referência;
- c) Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
- d) Submeter-se à fiscalização da Prefeitura e suas Secretarias, através do setor competente, que acompanhará o fornecimento do gênero, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- e) Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito Federal, Estadual e Municipal.
- f) As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar.
- g) Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- h) Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

**7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (PMC)**

- a) Exercer a fiscalização da execução do objeto através de servidor público indicado pela Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias, que emitiu a requisição na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas nos produtos;
- c) Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.

**8. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

- a) O fornecimento do produto será imediato de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias.
- b) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pela Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias e/ou Controle Interno. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.
- c) Para habilitar-se ao pagamento a contratada deverá protocolar na PMC, Nota Fiscal/Fatura, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando os matérias de expediente e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pela Prefeitura Municipal de Curuá e suas Secretarias elaboração da Nota Fiscal/Fatura correspondente, a Contratada fará constar o quantitativo do produto adquiridos, o somatório total dos valores correspondentes praticados no contrato.

**9. DAS PENALIDADES**

- 9.1. À licitante ou à Contratada que incorram nas faltas referidas nos arts. 81 a 85 e 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

proposta, não assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente aplicam-se, segundo a natureza e gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la.

9.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirara nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

9.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PMC ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## **10. RECEBIMENTO DO OBJETO.**

10.1 Será feito de forma imediata, mediante atesto prestado pelo representante da Prefeitura Municipal de Curuá/PA fiscal (is) do contrato, ou por quem o órgão contratante indicar, o qual fará aposição de sua assinatura, nas notas dos objetos entregues.

## **11. PAGAMENTO.**

11.2 O pagamento das despesas do objeto deste Pregão será feito mediante emissão de nota fiscal, em 30 dias (corridos), após o recebimento do objeto.

## **12. CONDIÇÕES GERAIS.**

12.2 Os Objetos cotados deverão atender as especificações constantes em anexo.

12.3 Os licitantes deverão cumprir todos os requisitos do edital de licitação.

12.4 O fornecimento se dará mediante ordem de entrega dos objetos.

Os pagamentos das faturas serão de acordo com as condições estabelecidas na minuta do contrato

Curuá / PA, 09 de agosto de 2021

**ADRIANE DA SILVA QUEIROZ**  
Pregoeira



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ: 01.613.319/0001-55

**ANEXO II - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 PMC-PE-SRP**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA,  
QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA  
MUNICIPAL DE CURUÁ/PA/  
SECRETARIAS, E A EMPRESA**  
.....

**FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na 03 de Dezembro, nº 307, Bairro Santa Terezinha, CEP: 68.210-000, Curuá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF nº 01.613.319/0001-55, devidamente representada neste ato pela Exmo. Sr. **MANOEL OVIDIO NETO** Secretário(a) Municipal de Administração, Planejamento e Finança, brasileiro, Casado, Agente Público Municipal, portador do RG nº 1262844/SSP-GO CPF/MF nº 100.606.422-20, residente e domiciliado nesta cidade de Curuá, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. 012/2021PMC-PE-SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente contrato para entrega dos bens descritos na Cláusula primeira deste Termo, a serem entregues parceladamente, objeto do Processo Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2021PMC-PE-SRP, autorizado mediante Termo de Homologação constante nos autos do referido processo, mediante os termos e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a

**O presente Termo objetiva o a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ E SUAS SECRETARIAS** conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	V. UNIT. R\$	V.TOTAL R\$
1						



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

2						
					Total :	0,00

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

1.1.O Contrato tem a vigência de XXXXXX

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, para o exercício de 2021.

Exercício: 2021

Projeto atividade: XXXXXXXXXXXXXXXX - XXXXXXXXXXXXXXXX

Classificação econômica: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

4.1.1. Os registros contábeis serão efetuados de acordo com a execução da Lei Orçamentária vigente.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado em conta corrente através de transferência eletrônica, em conta de titularidade da empresa contratada, que, deverá ser informada na proposta de preços a ser apresentada na sessão pública do processo licitatório, ou posteriormente antes da contratação. Caso os dados da fatura estejam incorretos, a Contratante formalizará à Contratada, e esta emitirá nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

5.2. A Nota Fiscal/Fatura, deverá ser emitida pela licitante vencedora/contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho.

5.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

5.4. O pagamento só será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com INSS, FGTS e Trabalhista - CNDT.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

5.7. O pagamento somente será autorizado após efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.8. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

5.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.10. O licitante fica obrigado a emitir tantas quantas forem as notas fiscais necessárias, haja vista que a entrega dar-se-á mediante forma contínua e futura de acordo com a necessidade da Prefeitura da Curuá/PA, Departamento ou Setor da mesma.

5.11. No valor pactuado estão inclusos todos os custos necessários para o atendimento do objeto deste Contrato, especificados na cláusula 3.2.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável, exceto nas condições estabelecidas em Lei.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. Será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento, que se encerra com o cumprimento das obrigações.

6.4.2. O preço do(s) produto(s) ofertados(s) será fixo e irreajustável, na vigência deste contrato, salvo as situações de desequilíbrio financeiro do contrato, por requerimento devidamente instruído, nos termos da Lei Federal 8666/93.

6.4.3. Fica assegurado o direito do contratado ter seus preços reajustados, desde que, para tanto, seja feito pedido formal à Administração demonstrando o desequilíbrio econômico-financeiro, em razão



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

da majoração ou alteração da base de cálculo para cobrança de tributos que venham a incidir sobre os Produtos negociados.

6.4.4. Os preços poderão ser reajustados, anualmente, de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que é o índice oficial do Governo Federal, com data base na data de apresentação da proposta.

6.4.5. O reajustamento somente se dará após a avaliação favorável pela Administração.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA- ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os **MATERIAIS DE CONSUMO** deverão ser entregues no prédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura, localizado no endereço constante do preâmbulo desde contrato, nos dias úteis da semana (segunda à sexta), horário de 8h às 14h.

7.2. Todos os Produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, 100% novos e de primeiro uso, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor e se exigido em legislação, estarem de acordo com as normas vigentes.

7.3. O prazo de entrega do objeto da licitação será imediato. Os Produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses. Produtos que apresentem algum tipo de desconformidade deverão ser substituídos em até 03 (três) dias sem quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Curuá/PA.

7.4. A contratada responderá por todos os ônus referentes ao objeto do Contrato, desde os salários do pessoal nele empregado, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o objeto do presente contrato. Responderá, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidente de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de entrega e armazenamento de material.

7.5. A contratada irá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

## **8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por servidor da XXXXXXXXXXXXXXXX, designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida na portaria de fiscal de contrato anexo a este contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 012/2021PMC-PE-SRP e conforme abaixo:

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.3. A Contratada deverá arcar com todos os ônus necessários à completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes a entrega, inclusive licença em repartições públicas, registro, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, sem nenhum custo adicional para a Prefeitura Municipal de Curuá/PA.

9.4. Fornecer o produto da marca e fórmula ofertado na sua proposta.

9.5. Excepcionalmente, com justificativa comprovada e aceita pela Administração, poderá ser substituída a marca cotada do produto por outro de qualidade igual ou superior e de mesma fórmula.

9.6. Cumprir o prazo de entrega e demais condições contratuais.

9.7. Aceitar a fiscalização do Município de Curuá/PA.

9.8. Substituir os Produtos que não atenderem as especificações.

9.9. Para assinatura deste contrato a Empresa deverá possuir certificação digital e-CNPJ do tipo A3 (suporte criptográfico token ou cartão), emitido por autoridade certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil), com validade de um a três anos, contendo o endereço de correio eletrônico do fornecedor titular responsável pelo certificado. Ou seja, este contrato deverá, obrigatoriamente, ser assinado digitalmente pelo(s) sócio(s) ou representante(s) da(s) Empresa(s).

9.9.1. O uso de certificado digital e da respectiva senha por pessoa que não seja o titular responsável poderá configurar crime, nos termos da legislação penal vigente.

9.10. Para efeito das obrigações ora assumidas, fica fazendo parte integrante do presente Instrumento, independentemente de transcrição, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021PMC-PE-SRP e seus anexos.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Receber os Produtos e dar a aceitação no caso de os Produtos atenderem as especificações deste Termo de Referência.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

10.2. Fiscalizar o bom andamento das entregas pela contratada, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

10.3. Pagar a fatura da licitante vencedora no prazo e condições estabelecidas no edital de Licitação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº. 012/2021PMC-PE-SRP.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

12.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

13.1.3.A subcontratação total do objeto deste contrato, assim com a parcial acima do limite permitido pela Administração.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15.1. É eleito o Foro da cidade de Alenquer/PA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curuá/PA (PA), XX de XXXXXXXX de 2021

---

Responsável legal da CONTRATANTE

---

Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
CNPJ: 01.613.319/0001-55

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021PMC-PE



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/PA  
PODER EXECUTIVO

Curuá/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021

À

Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Prezado Senhor,

Com a finalidade de dar início a processo de licitação, bem como para fins de levantamento preliminar de preços para modalidade da licitação cabível, solicito desta que sejam fornecidos preços para os ITENS abaixo relacionados.

Contando com a costumeira  
atenção, Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Setor De Compras

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	V. UNIT
1	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xx	UNIDADE	

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº. \_\_\_\_/2021 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ \_\_\_\_ [valor por extenso], conforme tabela acima:

Validade da proposta:

( ) Declaramos estar de acordo com todos os termos do edital e seus respectivos anexos.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Responsável da empresa)



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES NO QUADRO  
PESSOAL DA EMPRESA LICITANTE.  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021PMC-PE**

(Razão social), CNPJ nº (informar), com sede à (endereço completo), em cumprimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº012/2021PMC-PE, DECLARA, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo Municipal, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

Município de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

*(Assinatura do representante legal do Licitante)*



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

**ANEXO V**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021PMC-PE-SRP**

**Pregão Eletrônico nº 012/2021PMC-PE-SRP**

**Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/PA**

**Local de entrega:** Conforme item 2 do Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico em destaque.

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021, o Município de Curuá/Pa, por intermédio da **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/PA OU FUNDO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na 03 de Dezembro, nº 307, Bairro Santa Terezinha, CEP: 68.210-000, Curuá, Estado do Pará, inscrita no CNPJ/MF nº 01.613.319/0001-55, devidamente representada neste ato pela Exmo. Sr. **MANOEL OVIDIO NETO** Secretário(a) Municipal de Administração, Planejamento e Finança, brasileiro, Casado, Agente Público Municipal, portador do RG nº 1262844/SSP-GO CPF/MF nº 100.606.422-20, residente e domiciliado nesta cidade de Curuá, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº XXX/2021, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário \_\_\_\_\_, localizado \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representado pelo \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº .....portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ E SUAS SECRETARIAS** em conformidade com seu termo de referência e demais anexos, conforme tabela de itens vencidos, no item 2 desta Ata de Registro de Preços, assim como a proposta vencedora e todas as especificações técnicas constantes do edital, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos-telefone e e-mail, representante)						
Item do TR	Especificação completa (Conforme termo de referência)	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1						



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

## **2.2. VALIDADE DA ATA**

2.3. O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

## **3. REVISÃO E CANCELAMENTO**

3.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão (s) participante(s).

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 3.7.1, 3.7.2 e 3.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.9.1. Por razão de interesse público; ou

3.9.2. A pedido do fornecedor.

#### **4. CONDIÇÕES GERAIS**

4.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo (a) representante legal da XXXXXXXXXXXXXXXX, de Curuá/PA e do Fornecedor Beneficiário do Registro de Preços.

---

**Responsável legal da CONTRATANTE**

---

**Responsável legal da CONTRATADA**